

**POR UMA NOVA HISTORIOGRAFIA?
ALTERNATIVAS ÉTICAS AS MATRIZES DISCIPLINARES
VIGENTES**

**FOR A NEW HISTORIOGRAPHY?
ETHICAL ALTERNATIVES THE CURRENT
DISCIPLINARY MATRICES**

Mario MARCELLO NETO*

Resumo: O processo de construção da disciplina histórica e sua relação entre o lugar social ocupado pela História no século XIX e sua posição nos dias atuais são problemáticas discutidas neste texto. Destacando as críticas realizadas pela “Virada Linguística”, com atenção especial aos chamados “pós-modernos” e seus argumentos sobre a necessidade de reformulação nos paradigmas disciplinares. Ao final, realizo uma discussão acerca das proposições de Hayden White e sua proposta sobre o “passado prático”, com intuito de não realizar apenas uma crítica a disciplina, mas propor alternativas para que a mesma se reformule, se reinvente e ganhe maior aplicabilidade para a sociedade a qual se destina, tendo como premissa discussões em torno da ética e responsabilidade em se fazer História.

Palavras-chave: Disciplina Histórica, Virada Linguística, Hayden White, Passado Prático.

Abstract: The process of construction of the historical discipline and its relation between the social place occupied by History in the nineteenth century and its position in the present day are problematic discussed in this text. Highlighting the criticisms made by the "Linguistic Turn", with special attention to the so-called "postmodern" and its arguments about the need to reformulate the disciplinary paradigms. In the end, I discuss Hayden White's propositions and his proposal on the "practical past," in order not only to criticize the discipline, but to propose alternatives for it to reformulate, reinvent itself, and become Greater applicability to the society for which it is intended, based on discussions about ethics and responsibility in making history.

Keywords: Historical Discipline, Linguistic Turn, Hayden White, Practical Past.

Peroração

A crise da História¹ aventa-se como um recorrente discurso que permite diagnosticar a dificuldade de estabelecer um sentido e uma função social que rompa com o paradigma historicista do século XIX, principalmente o atrelamento entre a

* Doutorando em História (UFRGS). E-mail: mariomarceloneto@yahoo.com.br

¹ Neste texto, quando me referir ao termo “História”, com a primeira letra em maiúscula, é em alusão a História quanto disciplina acadêmica estabelecida dentro das matrizes disciplinares desenvolvidas.

disciplina histórica e a justificação do Estado Nação. Pensar a historiografia sem pensar no seu papel na construção/afirmação de identidades é um processo que retira a estabilidade das bases edificantes das matrizes disciplinares constituídas no século XIX, mas que ainda hoje operam de fora contundente.

Uma provocação necessária gira em torno da pergunta: é possível fazer História sem cairmos em alguma espécie de historicismo? Na tentativa de responder a essa pergunta, esse texto vai fazer uma incursão sobre algumas críticas ao *establishment* da disciplina histórica, numa tentativa de diagnosticarmos a situação defasada em que a historiografia se encontra e apontar, dentro das possibilidades alguns caminhos para solucionar estes problemas que para além de teóricos e epistemológicos, são políticos e ideológicos².

Neste artigo, tratarei das questões que envolvem o surgimento das matrizes disciplinares da História, seus problemas e defasagens na pós-modernidade, ou seja, a temporalidade em que vivemos, na percepção de Lyotard (2000). Parafraseando Foucault (2001), disciplina é tudo aquilo que diz o que não se pode fazer, desta forma, neste texto discutirei, de acordo com alguns críticos do modelo historiográfico vigente, as possibilidades de se fazer uma História que exerça um papel social mais relevante. Para isso, abordarei as ideias desenvolvida por Hayden White (2014), que a partir de outras proposições teóricas, tenta definir o que é “passado prático” e as possibilidades da História utilizar o passado de maneira mais efetiva, eficaz e, finalmente, prática.

Hayden White (2014), tem sido um crítico e diagnosticador constante da disciplina histórica, preocupado com o modelo historiográfico vigente, com a saturação deste modelo e, principalmente, propondo alternativas ao caos aparentemente existente. Em meio a tantas narrativas de existência de uma crise na História, de uma necessidade de mudança, de defesa de campos e de uma clara comprovação que a História não

² De antemão, tenho a necessidade de explicitar alguns pontos que não serão trabalhados de forma mais evidente ao longo do texto. Alguns conceitos, noções e temas serão utilizados sem uma explicação mais acurada sobre o mesmo. Isso ocorrerá, uma vez que penso que a interpretação e complementação das ideias escritas são feitas pelo leitor (uma referência ao processo mimético da leitura, de Paul Ricoeur (1997)). No entanto, para além disso, não explanarei mais abertamente sobre alguns pontos por acreditar que o desenrolar do texto explicará o significado, deixando, desta forma, o texto mais fluído e objetivo. Ideias como “político-ideológico”, “matriz disciplinar”, “historicismo” entre outras farão parte deste arcabouço em que o texto explicará seu significado, mas uma discussão mais detalhada de tais termos não será feita aqui.

ensina³. Há, portanto, cada vez mais, a necessidade de reflexão e discussão sobre que tipo de História nós fizemos, quais nossas preocupações e para quem (e para quê) serve o que fazemos? Estas questões, dentro do possível, serão respondidas neste artigo a partir das reflexões dos autores supracitados.

Sobre a História ou sobre estórias?

As críticas ao fazer historiográfico, às matrizes disciplinares e aos problemas teóricos e metodológicos acompanham a História ao longo do tempo. Se, como Hartog (1999) e Grafton (2012) nos mostram, antes mesmo da disciplina acadêmica de história existir, o ato de narrar o passado através de um registro especializado já era comum e de importante atuação, sendo alvo de críticas, revisões e reflexões. Desde Aristóteles até Ranke, processos e discursos se intercalaram sobre as formas válidas de se narrar o passado. No entanto, é evidente que a grande ruptura com esta narrativa se dá ao longo do século XIX, principalmente no tocante da construção do que Koselleck (2006) chamou de “o conceito moderno de história”.

Para além da construção das matrizes disciplinares no século XIX, um outro fator importante, e que precisa ser destacado, é a forma como o conceito de “História” atinge um grau de importância muito além da disciplina. Segundo Koselleck (2006), o conceito moderno de história é projetado como um conceito mobilizador, que incentiva e motiva as pessoas a agirem a partir ou em nome dele. Neste sentido, agir em nome da História, ou sobre, para escrever ou apagar a História entre outras ações se tornaram cotidianas na modernidade. A nova concepção deste conceito é substancial para a compreensão do lugar projetado para a História, pois ao confundir a experiência moderna do tempo com a História disciplinada, ampliou-se a crença de que aquilo que é produzido na historiografia é de fato propulsor e mobilizador das ações sociais. Atribuir a historiografia o papel protagonista de justificação dos Estados-Nações e de afirmação/justificação das identidades é um processo importante para a consolidação do saber historiográfico no século XIX, uma vez que tinha o seu papel social bem definido,

³ Uma vez que o conhecimento histórico produzido aumentou exponencialmente e o mundo social não se desenvolveu de forma que permitissem que novas atrocidades acontecessem na história da humanidade. Um exemplo claro é diagnosticado por Bosworth (1996), no qual verifica que o período que mais se escreveu e falou sobre história foi no período entre as duas grandes guerras (1918-1939).

seus problemas delimitados e os seus maiores desafios estavam em comprovar suas teses através da empiria.

O conceito de História moderna, que, por assim dizer, recorria a si mesmo para se definir, procurava encontrar na História mundial sua âncora empírica. Aqui se localizava o campo de ação daquele sujeito hipotético chamado gênero humano que só poderia ser imaginado como unidade na sua extensão temporalmente aberta (KOSELLECK, 2013, p.182)

No entanto, para além da função social da História no século XIX, a expropriação do conceito de história como algo mobilizador se dá nos mesmos contextos, porém acarretando em implicações ainda maiores para disciplina histórica. Ao tratar o termo “história”⁴ como um catalisador de atos, algo que justifique, promova e cause ações, eleva-se o patamar disciplinar. Em virtude de que o mesmo termo – história – poderia significar o estudo acadêmico do passado ou uma categoria ontológica do ser humano, a qual todo ser possui, constrói e narra a sua história ou a de sua coletividade. Essa dupla acepção do termo levou a uma crença, segundo Hartog (2014), de que a História é quem mobilizava. Que as teses, livros, ensaios e artigos eram mobilizadores, capazes de proporcionar um conhecimento crítico (seja lá o que isso possa significar)⁵ do passado e projetar ações a partir destes estudos. Essa confusão entre a História e história, desde o século XIX, criou uma confusão sobre a capacidade mobilizadora deste conceito.

Não existe discurso que afirme: “a Filosofia irá me redimir”, ou “isso entrará para a Sociologia”. Agora, mudando os termos “Filosofia” e “Sociologia” por “História” é possível reconhecer diversos discursos com este teor. Desde políticos a questões cotidianas, a história é vista como um conceito mobilizador⁶.

No entanto, seria a disciplina uma das grandes mobilizadoras do século XIX? Teria, então, a História ocupado um lugar social e público de extrema importância que

⁴ Aqui eu me refiro a transformação do termo *Historie* em *Geschichte*, na língua alemã, como apresenta Koselleck (2013).

⁵ Gadamer (2005) refere-se à possibilidade de criticar a tradição, de viver de acordo com propostas e sentidos diferentes daqueles que a tradição propõe, principalmente religiosa. O sentido proposto por Gadamer parece ser amplamente aceito/usado, mas o uso da categoria “conhecimento crítico” muitas vezes perde esse sentido. A crítica da tradição transforma-se em crítica da ideologia empregada pelo intelectual em questão. Isso gera um problema de cunho ético que não permite uma crítica a tradição, mas sim uma crítica a concepções teóricas e ideológicas, saindo+ do escopo da proposta de Gadamer.

⁶ É preciso destacar que me refiro à Filosofia e Sociologia quanto disciplinas acadêmicas estabelecidas dentro dos preceitos estabelecidos. Não estou fazendo menção a filosofia quanto um exercício intelectual de reflexão teórica aguda, algo muito comum no século XIX, principalmente no que ficou conhecido como “Filosofia da História”.

acabou perdido ao longo do século XX? A fragmentação pós-moderna seria a grande causa para essa destituição do *status* glorificado a qual a História pertencia? Essas questões podem ser respondidas tendo como premissa a negação de todas as perguntas acima. Para construir meu argumento acerca destas questões farei uma breve incursão sobre as ilusões do lugar do historiador no século XIX.

Ao ler textos clássicos⁷ sobre o século XIX, principalmente com relação a formação dos Estados-Nação é possível perceber a construção de um argumento de que a História foi uma das grandes responsáveis por fundar tais Estados, por garantir uma veracidade, justificação e glorificação, datando seu passado, estabelecendo seus marcos e heróis. Isso, de fato, não pode ser contestado ou ignorado. No entanto, não significa dizer que o conhecimento histórico produzido no século XIX na Europa, e posteriormente nos Estados Unidos, foram facilmente aceitos e lidos pela sociedade letrada da época. Para alcançarmos esta compreensão dois textos seminais são totalmente eficazes neste processo. O primeiro é o consagrado livro de Benedict Anderson, “Comunidades Imaginadas”, no qual constrói seu argumento em torno de alguns elementos que são edificantes de um Estado-Nação. Entre esses elementos configura-se a delimitação territorial, a questão linguística, o poder de coesão da imprensa e as instituições de história e memória – o que o autor chamou de “censo, mapa e museu”. A História, quanto disciplina, ou até ciência, não exercia o papel de formadora de opinião, muito menos pautava as discussões públicas pertinentes ao Estado-Nação, ao contrário, era a partir do estudo dito objetivo do passado que se buscava comprovações empíricas para as teses políticas que melhor se ajustavam ao conturbado presente da formação dos estados nacionais⁸.

Desmascarar essa ideia de uma História com inserção pública pujante e ativa é um dos fatores centrais para compreender a construção das matrizes disciplinares e desvelar o *status* a qual a História diz pertencer e reivindica na atualidade. Tentar resgatar uma atuação passada que nunca existiu, apenas em discurso, como forma

⁷ Aqui estou me referindo a autores como Eric Hobsbawm (1990), Guy Hermet (1996), Benedict Anderson (2008) entre outros.

⁸ É preciso destacar que quando afirmo que a História nunca exerceu esse lugar que diz ter habitado no século XIX, digo isto em termos práticos. Porém é impossível negar a força e influência da História em termos discursivo, porém estes sempre estiveram em uma corrida inversa: respondendo as demandas do Estado-nação, não o contrário.

alternativa de responder a crise é tentar solucionar um problema através de uma experiência inexistente do passado. Motivo pelo qual, provavelmente, a História está diagnosticando sua crise há, pelo menos, 40 anos. Desta forma, como sugere Pihlainen (2014), um dos grandes perigos que esse modelo historiográfico do século XIX europeu traz para o fazer histórico hoje é a perpetuação da existência de uma verdade, de uma objetividade e da dificuldade em compreender os diferentes pontos de vistas e discussões. Para o autor:

[...] fortes crenças relativas ao “verdadeiro” estado das coisas servem para complicar a comunicação e agravar as dificuldades originadas pelas diferenças de opiniões. Por outro lado, o reconhecimento da indisponibilidade de um significado para o passado pode facilitar uma atitude mais tolerante e aberta tanto para outras pessoas quanto para com as suas interpretações do passado e do seu impacto em, por exemplo, problemas no seu presente. Então, aqui também, a pesquisa histórica e os fatos têm muito pouco poder: os conflitos resultam de diferenças de opiniões relativas ao(s) significado(s)⁹ (PIHLAINEN, 2014, p.9 – tradução minha).

Essa relação, descrita por Pihlainen, pode ser resumida entre a “disputa” pela busca da “verdade” e a dificuldade em aceitar as várias “verdades”, ou seja, diferenciar as diversas visões e construções narrativas e linguísticas, a partir de fontes (empiricamente), todas mediadas pela linguagem¹⁰, de meros relativismos e negacionismos ou sectarismo que garantem construir uma “verdade absoluta” do passado. Afirmar que as fontes são evidências, fragmentos do passado, mas que são mediadas, interpretadas e narradas através da linguagem, gerando um conhecimento subjetivo e, por mais metodológico que seja o autor, sempre será parcial. Isso não significa que o historiador possa mentir ou negar a existências de evidências. Dizer que o Holocausto não existiu não seria questão de relativismo acadêmico, mas de falta de ética. A eterna busca pela “verdade”, pelo conhecimento objetivo por meio de

⁹ “[...] firm beliefs concerning the “true” state of things serve to complicate communication and exacerbate difficulties stemming from differences of opinion. Conversely, recognition of the unavailability of a meaning to the past may facilitate a more tolerant and open attitude both toward other people and toward their interpretations of the past and its impact on, for example, problems in their present. So, here too, historical research and facts have very little power: conflicts result from differences of opinion concerning meaning(s)” (texto original).

¹⁰ Questões que versam de experiências extralinguísticas podem ser vista com mais precisão no livro do teórico literário Hans Gumbrecht (2010), no qual adepto da “teoria da recepção”, centra suas preocupações não no texto ou no contexto, mas em como essa obras e coisas impactam nas vidas humanas.

metodologias complexas torna-se uma falácia e um discurso obsoleto frente a questões muito mais complexas com as quais a historiografia se depara.

Alguns problemas que a disciplina histórica passa atualmente não são frutos exclusivos de sua relação com seu papel social. Discussões de cunho teórico, que acabam se tornando hegemônicas, acabam reforçando ideias, preconceitos e visões historiográficas que não só colaboram para a confirmação de uma historiografia a serviço do *statu quo*, como corroboram para um historicismo e uma vertente historiográfica que se distancia cada vez mais do papel público que o historiador poderia/deveria ocupar: aquele que questiona, desestabiliza e proporciona debates sobre as mazelas sociais estabelecidas. Lutar contra a ordem estabelecida (e a tradição historiográfica) deveria ser um dos instrumentos mais fortemente engajados no estudo acadêmico do passado¹¹.

Uma confusão teórica – que vai ao encontro de questões como o eurocentrismo, a busca por uma verdade única, uma generalização e supressão das subjetividades e, principalmente, uma confusão entre História e passado – está centrada na categoria de “consciência histórica”. Diversos historiadores que trabalham com esta categoria tendem a colocá-la como a forma de pensar, agir e ter ciência das suas ações em virtude de um conhecimento histórico que possuem. Teóricos como Jörn Rüsen (2010), entre outros, que se dedicam a pensar em como se dá essa relação entre uma coletividade e o conhecimento histórico que possuem e quais as formas que este saber pode ser explorado e ampliado. O problema, de matriz teórica, reside, como aponta Pihlainen (2014), na crença de que todas as pessoas (em todas as culturas e temporalidades) possuem um conhecimento histórico. Diferente de afirmar de que todas as sociedades mantiveram alguma forma de relação com o passado.

Dizer que há uma História é a única formadora da consciência histórica é conferir poder a uma disciplina, construída no século XIX europeu, o qual jamais

¹¹ A História não estuda apenas o passado, mas também as outras percepções da temporalidade, como o presente e sua relação com o futuro. Todas estas categorias, por excelência, podem ser vistas de formas completamente diferentes, de acordo com o ponto de vista e vertente teórica que analisar. No entanto, o estudo sistemático que a disciplina histórica faz centra-se no passado (no sentido mais amplo do termo), mas obviamente que isso não isenta, pelo contrário, de estabelecer suas relações com o presente e o futuro, compreendendo, sempre, que essa relação intertemporal é o que configura a História. Ou seja, o estudo do passado a partir do presente já gera tensões que nunca poderão distanciar de forma “objetiva” passado e presente.

exerceu. É, também, ignorar que milhares de séculos antes da existência da disciplina as sociedades já se relacionavam com seus passados. A disciplina História é apenas mais uma das formas de se relacionar com o passado. Uma forma mediada por métodos, fontes, organização, teorização e narração, mas sobretudo, uma forma de relação com o passado. Não é nem o passado em si, nem tem a exclusividade sobre ele.

Com isso, a consolidação da disciplina histórica de matriz historicista, sua mudança no início do século XX para um discurso objetivista, empirista e a criação da “história-problema”, acabou gerando questões¹² que deveriam ser pré-disciplinares como elementos básicos para o historiador, relegando o papel mais importante a questões puramente virtuais.

Pesquisar, analisar, confrontar as fontes, compreender o contexto em que se insere, problematizar, organizar e narrar não pode ser vista como fundamentos únicos da disciplina história. Esses elementos, há muito apontados por Hayden White (1966) em seu texto seminal: “The burden of history”, são questões pré-disciplinares, processos essenciais para o desenvolvimento ético de qualquer pesquisa. Todavia, contextualizar, explicar, relacionar referencial teóricos com a realidade estudada, pensar na implicação ética e política de seus estudos, bem como as formas e questões linguísticas utilizadas em suas narrativas são elementos que dizem respeito a disciplina. A matriz disciplinar deve se responsabilizar pelas formas, metodologias, arcabouços teóricos, discussões éticas e preocupações estéticas e narrativas. Afinal, pesquisar, analisar, fazer a “crítica das fontes”, não mentir é algo que transcende a disciplina, tais práticas são elementos que eticamente devem ser vistos em quaisquer circunstâncias acadêmicas e sociais.

Crise da história ou a negação do problema?

Ao menos, desde o fim do século XIX, o diagnóstico de crise da História, de uma necessidade de reformulação, de mudança e rompimento de paradigmas se estabelece. Esse primeiro momento marcado pela crítica ao dito “positivismo”, ou, em

¹² Aqui, refiro-me a questões de cunho objetivista, que colocam o trabalho exclusivo do historiador a “indagação das fontes” e sua interpretação pautada apenas na empiria, na análise de dados e uma escrita objetiva que permite uma maior limpidez ao olhar para o passado.

outras palavras as matrizes disciplinares historicistas cunhadas entre o início e primeira metade do século XIX.

Alguns historiadores como Frederick Jackson Turner¹³ (2005) inauguraram o processo de crítica a esse modelo historiográfico, além, é claro, das críticas de intelectuais oitocentistas como Marx e Nietzsche a esse modelo historicista da História, que restringia/restringe as experiências do passado. Já no limiar do pós Primeira Guerra Mundial, Marc Bloch¹⁴ (2001) destaca-se em diagnosticar e sugerir mudanças no modelo historiográfico vigente. Algo que, ao decorrer de sua vida, e momentos antes de sua trágica morte resultou em seu célebre livro: “A apologia da História”, de 1944. Outro intelectual que se destaca nas críticas aos modelos historiográficos de sua época é Walter Benjamin¹⁵ que, ao seu modo, traça críticas tanto ao modelo historicista da história como as noções de progresso e projeções de futuro realizadas por vertentes marxistas da história.

No entanto, todos esses intelectuais supracitados fazem parte de contextos em que o objeto maior de crítica era o modelo historicista e/ou de filosofias da história com discursos elogiosos ao “progresso”, fato que impactava diretamente no fazer historiográfico, justificando todas ações do presente em prol de um futuro melhor. Nesta perspectiva o passado, o presente e o futuro era apenas a história da luta de classes. Somente no fim da década de 1960 é que outros paradigmas começaram discutidos e problematizados dentro da própria disciplina, ou pensando a partir das suas matrizes disciplinares. No princípio historiadores e outros intelectuais se dedicaram a estudar o significado, o funcionamento e a serventia da História. Neste contexto destaca-se as asserções de David Carr¹⁶ (1990), Eric Kahler (1964), Geoffrey Elton (1967), Michel de

¹³ O texto original foi publicado em 1891

¹⁴ Bloch inicialmente divulga suas ideias de “história-problema” e suas críticas ao “positivismo” através do movimento intelectual que vai culminar na fundação da revista “*Annales d'histoire économique et sociale*” em 1929 na França.

¹⁵ O texto foi originalmente publicado em 1944, acredita-se que este tenha sido o último texto escrito por Benjamin (1987) antes de sua morte. O teor político e, por vezes, teológico do texto trazem uma dimensão do autor que proclamava para uma nova ação da disciplina histórica e dos discursos sobre o passado, uma vez que os contextos de autoritarismo e atrocidades que a Segunda Guerra Mundial estava gerando eram provas cabais de que o ser humano definitivamente não aprende com a História e, com isso, justificando a necessidade de sua reformulação.

¹⁶ Livro publicado originalmente em 1961.

Certeau¹⁷ (1982) entre outros. Seus principais objetivos estavam centrados para além da compreensão da disciplina, mas para uma reformulação em seus paradoxos, tentando ir além das proposições de “história-problema”, longa duração entre outros. Se dedicam a pensar desde questões envolvendo a narrativa, a retórica, a evidência e elementos éticos nesse processo (JENKINS, 1995).

Toda essa produção historiográfica surte efeito até certo sentido com relação as matrizes disciplinares estabelecidas. Todavia, é a partir do chamado “giro linguístico” que a historiografia passa a sofrer sérias apreciações e vê-se ameaçada ante a enorme repercussão que as críticas e seus críticos tiveram. Segundo Gabrielle Spiegel (2005):

[...] no final dos anos 1960 e 1970 com o surgimento do que veio a ser conhecido como “giro linguístico”, a noção de que a linguagem é o agente constitutivo da consciência humana e a produção social do sentido, e que a nossa apreensão do mundo, tanto passado quanto presente, só chega através da lente de percepções pré-codificadas da linguagem¹⁸ (SPIEGEL, 2005, p.2 – tradução minha)

Esse movimento foi fortemente influenciado por estudos desconstrutivistas e narrativistas, principalmente por Jacques Derrida¹⁹ e suas formulações no que concerne à importância e o papel da linguagem na vida do ser humano. Na historiografia a *Magnum Opus* do giro linguístico é o livro de Hayden White: “Meta-História”. Lançado em 1973, o livro traz consigo uma densa crítica ao modelo historiográfico vigente, demonstrando a partir de uma análise dos tropos narrativos da História as suas similitudes e diferenças com a literatura, bem como a sua estruturação narrativa e o processo que envolve a escrita histórica.

Obras como esta supracitada delinearam uma nova forma de pensar e questionar as concepções de História em vigência naquele contexto do final da década de 1960 e início da década seguinte, construindo um campo de estudos vulgarmente chamado de “pós-moderno” na historiografia. Questionando a separação radical de História e ficção, demonstrando através de análises as proximidades entre uma narrativa dita ficcional e

¹⁷ O texto o qual utilizo aqui para análise foi publicado no livro: “Histoire et Psychanalyse entre science et fiction” em 2002. O texto original foi publicado em 1973.

¹⁸ “[...] in the late 1960s and 1970s with the emergence of what came to be known as the ‘linguistic turn’, the notion that language is the constitutive agent of human consciousness and the social production of meaning, and that our apprehension of the world, both past and present, arrives only through the lens of language’s precoded perceptions” (texto original).

¹⁹ É preciso destacar que as obras de Edmund Husserl, Richard Rorty foram fundamentais para esse “giro” intelectual em torno da percepção da importância da linguagem nas relações sociais. As formulações de Ferdinand de Saussure e Ludwig Wittgenstein tornam-se indispensáveis para a construção e explicação da estruturação da linguagem e a sua forma de ação no processo comunicativo.

histórica, bem como permitindo uma reflexão maior sobre o papel do historiador na sociedade e as formas de fazer História, seus objetivos e formas de alcançá-las.

É preciso, porém, destacar que outros movimentos intelectuais se dedicaram a questionar a historiografia e sua forma de construção a partir da narrativa²⁰. Porém, não tão voltadas a uma análise das estruturas linguísticas e narrativas, mas com um enfoque contextualista, o ato linguístico, do discurso dos textos políticos. Compreendendo, dessa forma, os contextos a partir dos discursos políticos, como no caso da chamada “Escola de Cambridge” onde Quentin Skinner e John Pocock desenvolveram suas teses. Ou com uma história dos conceitos, como no caso do alemão Reinhart Koselleck.

Devo, também, destacar o trabalho do francês Michel de Certeau, que em uma construção muito particular realiza uma desconstrução do campo histórico, focando nas relações linguísticas, mas extrapolando seus limites para discussão da importância do texto e as relações de poderes envolvidas na escrita da História. Neste sentido, ressalto que todos esses estudos fazem parte da “virada linguística”, de forma ampla, na qual a linguagem passou a exercer papel central nas discussões sobre a História. No entanto, o destaque que este texto está dando é para as teses “pós-modernas”. Em outras palavras:

“No contexto dos estudos históricos, o pós-modernismo comumente refere-se à virada linguística e à teorização construtivista associado a ele. As figuras centrais nesta forma contemporânea de construtivismo incluem Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins e Alun Munslow²¹” (PIHLAINEN, 2014, p. 14 – tradução minha)

Neste sentido, o que estou tentando demonstrar através deste texto é como as teses “pós-modernas” impactaram na produção historiográfica de forma geral e a forma que grande parte dos historiadores, principalmente àqueles ligados a tradições advindas da História Social e Cultural, além, é claro, daqueles ligados a uma tradição historiográfica metódica ou historicista, de que a “historiografia pós-moderna” é a

²⁰ Ainda neste contexto, é preciso destacar intelectuais que se dedicaram a pensar as Humanidades, e por consequência a História, para além da linguagem e do que os sentidos podem transmitir. Estes estudos, de uma circulação restrita na Alemanha no final da década de 1970 e início da década seguinte, e posteriormente ganha força, atingindo a Europa como um todo e América. Este grupo, o qual Hans Gumbrecht (2010), o expoente máximo deste movimento, autodenominou de “humanistas alemães”. Esta vertente parte da compreensão da História a partir de elementos que o sentido não pode apreender, focando na recepção e estímulos provocado pelas obras/livros/coisas nos seus leitores/receptores.

²¹ “In the context of historical studies, postmodernism commonly refers to the linguistic turn and to the constructivist theorizing associated with it. The key figures in this contemporary form of constructivism include Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins and Alun Munslow” (texto original).

grande responsável por relativismos e fragmentações no campo historiográfico. Frank Ankersmit, de maneira sintética e metafórica sintetiza as disputas epistemológicas em torno da chamada “historiografia pós-moderna”, ou daquele advinda do “giro linguístico”. A metáfora utilizada pelo autor diz o seguinte:

Comparemos a História a uma árvore. A tradição essencialista dentro da historiografia ocidental focou a atenção dos historiadores no tronco da árvore. O que era o caso, é claro, dos sistemas especulativos; estes definiram, por assim dizer, a natureza e o formato desse tronco. O Historicismo e a Historiografia científica modernista, com sua atenção basicamente louvável ao que de fato aconteceu no passado e com sua falta de receptividade para com esquemas apriorísticos, situavam-se nos galhos da árvore. Mesmo assim, de sua posição mantinham a atenção ainda no tronco. Tal como seus predecessores especulativos, tanto os historicistas como os protagonistas de uma assim chamada historiografia científica ainda guardavam a esperança e a pretensão de, em última análise, poder dizer algo sobre esse tronco afinal. As fortes ligações entre essa assim chamada história social científica e o marxismo são significativas neste contexto. A historiografia, desde o historicismo, seja formulada através de terminologia ontológica, epistemológica ou metodológica, vem buscando reconstruir essa linhagem essencialista que perpassa seu passado ou partes dele. Através da historiografia pós-modernista, encontrada especialmente na história das mentalidades, uma ruptura é feita, pela primeira vez, com essa tradição essencialista centenária — e digo imediatamente, para evitar qualquer *pathos* ou exagero, que aqui me refiro a tendências e não a rupturas radicais. A escolha recai não sobre o tronco nem sobre os galhos, e sim sobre as folhas da árvore. Na visão pós-moderna da História, a meta não é mais a integração, síntese e totalidade; as migalhas históricas são o centro das atenções. (ANKERSMIT, 2001, p.128 – grifo do autor)

Nessa metáfora com a árvore Frank Ankersmit, um historiador que defende uma posição – e por vezes a alcunha – “pós-moderna” da História, explica não só as diferenças epistêmicas envolvidas no processo heurístico²² na concepção de História desde o historicismo, passando pela História Social e Marxismo, chegando até a vertente pós-moderna. Partindo dessa análise, a inversão de papéis e a centralidade dos objetos não está mais no todo, na compreensão geral das coisas. A partir do giro linguístico amplia-se o horizonte para estudos capilares, fragmentados, sobre temas específicos que permitam compreender as ações dos sujeitos, os conflitos existentes em coletividades e mazelas que grandes análises não permitem²³.

²² Entendo por processo heurístico algo semelhante ao que Hartog (2014) descreve, ou seja, uma ferramenta (ou método) de pesquisa e averiguação pautado pelo teste e conferência constante entre o objeto estudado e os dados obtidos, como forma de adequar as hipóteses ante aos dados encontrados e obter um resultado mais próximo do ideal, porém nunca perfeito.

²³ Fernand Braudel, expoente da historiografia francesa da metade final do século XX destaca-se como contraposição ao anteposto. Sua concepção de longa duração ignora eventos e acontecimentos, fazendo

Descentraliza-se as questões, permitindo entender novos sujeitos, até então esquecidos pela historiografia. Nesta seara estão os estudos subalternos, feministas, de gênero, sexualidade, raças e etnias entre outros. A fragmentação que deveria ter sido vista como um acréscimo de produção sobre temas pertinentes à sociedade, acabou gerando um enorme desconforto na historiografia ocidental. O diagnóstico de mais uma crise estava dado. Desta vez os inimigos eram os pós-modernos. Uma ressalva importante, e que devo destacar, versa sobre a questão da fragmentação. Como poderiam os historiadores “pós-modernos” fragmentar a historiografia se o mundo “pós-moderno”, utilizando o conceito de Lyotard (2000), já é fragmentado em sua essência? A responsabilização da fragmentação das ideias totalizantes aos “pós-modernos” é uma tentativa espúria de historiadores que se engajaram em tradições historiográficas de apelo nacionalista e identitário. Se seus estudos não forem para compreender as nações, as identidades nacionais, sentem-se esvaziados de utilidade. No entanto, o que deve ficar claro é que os sentimentos nacionais do Ocidente tornam-se narrativas contestadas, esvaziadas de sentidos após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Ankersmit:

Primeiramente, existe, é claro, a natureza pós-moderna de nossos tempos. Nosso antiessencialismo, ou, como tem sido mais popularmente chamado ultimamente, nosso “antifundacionalismo” diminuiu nosso compromisso com a ciência e com a historiografia tradicionais. A nova posição da Europa no cenário mundial a partir de 1945 é um segundo indicador importante. A História desse apêndice do continente da Eurásia não é mais a história do mundo. O que gostaríamos de conceber como o tronco da árvore da História Ocidental tornou-se parte de uma floresta. Os *meta-récits* que gostaríamos de contar sobre a nossa história, sobre o triunfo da Razão, sobre a luta gloriosa pela emancipação do proletariado dos trabalhadores do século XIX, são somente dados de importância local, e, portanto, não são mais metanarrativas apropriadas. O vento gélido que, de acordo com Romein, soprou por volta de 1900 simultaneamente no Ocidente e no Oriente, finalmente acabou por varrer as folhas da nossa árvore da História por volta da segunda metade deste século. O que a historiografia ocidental pode agora fazer é recolher as folhas varridas e estudá-las independentemente de suas origens. Isto significa que nossa consciência histórica foi, por assim dizer, virada de cabeça para baixo. Ao colecionar as folhas do passado, tal como Le Roy Ladurie ou Ginzburg, não mais importa qual era sua posição no passado, mas qual padrão podemos formar a partir delas hoje, de que maneira este padrão

com que estes breves pontos se esvaiam em sua noção de “tempo geológico”. Com isso, apaga-se da narrativa a ação humana, focando apenas em uma história que mescla a relação dos homens com a Terra e os modelos econômicos e estruturais de uma dada sociedade. Algo que não permite entender mazelas e demandas das sociedades. Tentar compreender algo tão complexo como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, numa perspectiva de longa duração apresentada por Braudel é, praticamente, impossível, uma vez que as ações humanas não interferem (ou muito pouco) nesta perspectiva temporal, segundo o autor. Sendo assim, a visão “pós-moderna” da História vai no sentido completamente oposta ao pensamento de Braudel neste quesito.

poderia adaptar-se às outras formas de civilização que existem atualmente. (ANKERSMIT, 2001, 129)

A erosão das totalidades, nesta concepção é um dado contextual, que não poderia ser atribuído a um mero movimento intelectual. A fragmentação social encontra-se nos mais variados elementos, desde o pastiche cultura, apontado por Jamenson (1999) até os elementos constitutivos da modernidade líquida de Bauman (2001). No entanto, essa nova “crise” da História não tem mais como alvo o historicismo, a crítica a História de homens, datas e fatos. A problemática estabelecida, agora, está no objetivismo, na pretensão científica da História e a sua incansável busca pela “verdade”, separando ontologicamente verdade de ficção. Um diagnóstico simples de que essas críticas colocam a História em meio a dilemas complexos e existenciais pode ser percebida em livros como “A história em migalhas” de François Dosse²⁴ (1992), “A beira da falésia” de Roger Chartier²⁵, entre muitos outros que tentam reconstruir o campo historiográfico em meio a fragmentações, através de críticas e constatações de uma desintegração maldosa ou inconsequente por parte de um grupo de intelectual. Permanecendo, assim, de olhos fechados para um contexto muito mais complexo, nas quais as relações sociais fragmentadas demandas por um outro tipo de historiografia.

Contestações, essas, que Dipesh Chakrabarty (2000) provoca ao sugerir estudar a invasão europeia na Ásia e África a partir de um provincialização da Europa. Uma simples inversão de valores. Ao invés de pensarmos como os colonizadores agiram e que instrumentos utilizaram para dominar e controlar os colonizados, façamos o contrário: como os nativos perceberam os colonizadores, como resistiram, lutaram, negociaram, numa perspectiva da resistência enquanto ato de dignidade de sua identidade, não como meros objetos explorados. Tais atitudes cognitivas permitem um exercício historiográfico descentralizador, desconstrutor das identidades nacionais e do próprio Estado-Nação. Coloca em xeque a ideia de “comunidade imaginada”²⁶.

²⁴ Publicado originalmente em 1987.

²⁵ Publicado originalmente em 1998

²⁶ Não estou, com isso, declarando o fim dos Estados-nações, eles estão longe de acabar. No entanto, o sentimento nacional, de cunho patriótico, de grandes heróis, de um forte sentimento de pertença está, hoje, sendo cada vez mais ameaçada (embora jamais sendo colocado a prova). A Segunda Guerra Mundial marcou como um período de constante cuidado com os discursos nacionalistas, gerou problemas com questões de refugiados (algo que hoje está muito mais efervescente) e provocou uma série de mudanças

O foco, na perspectiva “pós-moderna” de História, não deve residir nas discussões factuais da mesma. Essas questões devem ocorrer, porém não pode ser essa especificidade o trabalho profissional do historiador. Elementos que dizem respeito a pesquisa: coleta de dados, confrontamento de dados, entre outros são, como já dito, elementos pré-disciplinares e que, portanto, torna-los o mote principal da disciplina é reduzir a capacidade e importância do papel da História e, por conseguinte, do historiador.

Neste contexto, o papel do historiador passa a ser o de discutir sobre formas de narrar, o impacto ético do seu trabalho entre outras questões de cunho estético, político e, por vezes, moral. Elementos disciplinares que se complexificam de acordo com temas e abordagens. Obviamente que para uma discussão dentro dessas matrizes disciplinares acontecer é preciso que os elementos disciplinares já estavam prontos, feitos com ética e responsabilidade. No entanto, em uma matriz disciplinar “pós-moderna” não há a possibilidade de ignorar o período de pesquisa, levantamento de dado, a questão envolve o que diferenciaria um historiador de um jornalista, por exemplo, em investigar e narrar determinado evento do passado.

Tal enfoque estaria nas discussões teóricas, estéticas, políticas que envolvem esta narrativa, para além de elementos factuais. Decisões sobre qual a melhor forma de narrar um evento, qual o impacto que esta forma terá no público leitor, qual a melhor forma de diminuir a capacidade de interpretações enviesadas do meu discurso histórico não são meras formalidades ou ditos eruditos. Estas fazem parte de uma discussão inserida em um debate acadêmico e público de amplo espectro, exige além de conhecimento e capacidade argumentativa, fazendo com que o papel do historiador seja muito mais do que tentar narrar o passado como ele realmente foi. A partir desta perspectiva o passado será narrado de acordo com perspectivas éticas e políticas que façam sentido e efeito para a sociedade que se destina. Desta forma:

Embora quase todo mundo (incluindo eu) que entra no debate sobre o pós-modernismo molda seu argumento em termos epistemológicos, há muito

territoriais nas nações que implicaram em modificações substâncias na ideia constituída de nação. Embora, os discursos nacionalistas africanos – para citar um exemplo – tornam-se uma voz estrondosa do pós-guerra em torno da Nação, vale destacar que o discurso político (em prol de uma causa) estabelece relações de poder completamente diferente de um discurso de sustentar uma nação já constituída. Portanto, para compreensão deste texto é preciso destacar o diagnóstico da erosão dos sentimentos nacionais, como aponta Anthony Dirk Mose (2005)

tempo pareceu-me que a questão não declarada é muitas vezes uma questão de ética, em vez de epistemologia. Ou seja, questões epistemológicas e metodológicas são frequentemente empregadas no discurso do historiador como forma de codificação de princípios éticos de comportamento: como vamos prosseguir (“se comportar”), a fim de “conhecer” como historiadores o que é correto, verdadeiro, e até mesmo “virtuoso”, em nossas práxis; o que, em última análise, legitima a história como um órgão disciplinar do conhecimento?²⁷ (SPEIGEL, 2006, p. 261 – tradução minha).

A partir do momento em que a discussão epistémica abriu espaço para um debate ético na historiografia, livros como os infames guias politicamente incorretos publicados nos últimos anos no Brasil, não se tornariam um problema do ponto de vista dos erros factuais para historiografia, mas, sobretudo, da percepção ética do uso do passado. A utilização parcial das fontes, a distorção de fatos e eventos, o impacto de tais atos narrativos gera/gerou no público se fazem muito mais importantes do que saber alguns dados “verídicos” não relatados ou distorcidos sobre a história do Brasil. Com isso, ocorre uma mudança no foco, no qual: “No olhar pós-moderno, o foco não está mais no passado em si, mas na incongruência entre passado e presente, entre a linguagem que usamos para falar do passado e o passado em si” (ANKERSMIT, 2001, p.132). Estas relações entre a mediação do passado e o presente pela linguagem e as discussões sobre o passado “real” e o passado representável são motes importantes na visão “pós-moderna” de História. As discussões éticas, já comentadas anteriormente, e aprofundadas por Keith Jenkins (1999) e, recentemente, por Valdeci Araújo e Marcelo Rangel (2015) – na qual diagnosticam que os problemas ético-políticos da metade final do século XX são um dos mais importantes topos discursivos da historiografia ocidental.

Sendo assim, a partir da “Virada Linguística”, a História, que constantemente era alvo de críticas e reformulações, passou a ser alvo de estudos sistemáticos das suas epistemes e seus métodos. No entanto, neste texto destaca-se o papel do segmento chamado de “historiografia pós-moderna”. Essa vertente historiográfica, por sua vez, embebida neste contexto de efervescência crítica ao *statu quo* da História e as suas formas de organização proporcionaram uma forma de pensar, ver e discutir a disciplina

²⁷ “Although almost everyone (myself included) who enters the debate over postmodernism frames their argument in epistemological terms, it has long seemed to me that the unstated issue is often one of ethics rather than epistemology. That is to say, epistemological and methodological questions are frequently employed in the historian's discourse as way of coding ethical principles of behavior: how do we proceed ("behave") in order to "know" as historians what is correct, true, "virtuous" even, in our praxis; what, ultimately, legitimizes history as a disciplinary body of knowledge?” (texto original).

de maneiras tão variadas não é, de forma alguma a algoz e causadora da erosão das totalidades na História. Esse fenômeno diz respeito a uma realidade externa muito mais ampla, mas que o modelo historiográfico estabelecido anteriormente.

Passado Prático ou para que serve a História?

Se, por um lado, a História está em crise, principalmente por influência dos estudos e críticas que a “Virada Linguística” proporcionou sobre o *metiêir* do historiador, por outro diversas alternativas e possibilidades são debatidas como formas de saída da crise e de encontrar o papel social da disciplina. É em tempos de crise que se pode pensar sobre o seu próprio agir. Hayden White, percebendo esta conjuntura, realiza uma proposição teórica sobre a serventia da história, a sua utilidade e um questionamento central: tendo essa realidade de crise, o que fazer? Essa pergunta de Lênin acompanhará essa parte do texto como forma elucidativa da ideia de passado prático e a utilidade da história.

Ao longo do século XX a história recalcou questões práticas do seu horizonte disciplinar, colocando como pauta uma História objetivista, em busca da verdade e focada em problemas teóricos e empíricos que por mais engajamento ou qualidade tivessem, circulavam e tinha importância apenas no ambiente acadêmico, lido e discutido entre os pares. Embora que a função de corroborar com as identidades nacionais exercida pela historiográfica tivesse um caráter extremamente prático, em termos, essa questão foi sempre recalcada por um discurso objetivista que impedia de enxergar o caráter prático daquele modelo historiográfico. As justificativas para a realização de uma pesquisa, por exemplo, adquirem um caráter acadêmico (baseada em um argumento sobre a importância social e acadêmica da mesma) e, jamais poderiam ser justificadas por argumentos de cunho pessoal e afetivo (afinidade com o tema entre outros). Essa dissociação entre a objetividade, o sentido acadêmico/científico da História consolidada no século XX e o sentido prática e afetivo dos historiadores geraram rupturas no fazer historiográfico que em tempos fragmentados tornam a disciplina algo que pode ser confundido com uma mera opinião.

Uma das questões fundamentais nesse processo é a separação, cada vez mais radical, da História com relação a retórica. Segundo Hans Kellner (2006), a ruptura com a retórica por parte da historiografia consolidada a partir do século XX gerou uma cisão

não só em questões de linguística, forma e estratégias narrativas. Essa questão tirou o presente como pauta das problemáticas de pesquisa. Sendo assim, o passado passou a ser um problema em si mesmo, tornando a pesquisa feita algo com pouca relação com o presente, permitindo, com isso, que a relação entre o que é produzido e a sociedade torna-se ineficaz²⁸.

Como Michel de Certeau (1986) diagnosticou, a ficção é a parte reprimida da História e a tentativa – não concluída e disfarçada em meio ao discurso empirista - de separação entre o presente e passado torna-se o não-dito da historiografia. A partir da “Virada Linguística” percebeu-se que não há resolução epistêmica ou científica para a “crise da História”. Com a crise das identidades nacionais em tempos globais (HALL, 2002) e com a ideia de comunidade imaginada sendo colocada em xeque fica evidente que as nações, hoje, não necessitam dos historiadores para continuar existindo. Os meios pelos quais a nação tem para justificar e corroborar sua existência passam por outros mecanismos, não tendo uma dependência e nem sendo a História a forma mais efetiva de realizar tal atividade. O que passava pela história, agora fica à mercê da memória e da ficção que se encarrega de cumprir essa missão. Historiadores perderam espaços como interventores nos debates em espaços públicos.

Tendo em vista estes diagnósticos e percursos da historiografia, Hayden White, primeiramente em um artigo de 2010 e posteriormente no seu livro: “The Pratical Past”, de 2014, elenca alternativas e possibilidades da historiografia se reinventar. Partindo de uma análise que tem influência de Friedrich Nietzsche (1976) – as vantagens da história para vida – e chegando uma vertente existencialista sartreana – que pensa o sentido da existência humana e o papel desempenhado pela História neste processo constrói um

²⁸ Neste ponto é preciso destacar que a historiografia advinda de uma matriz da História Social, por exemplo, que busca entender as relações dos “de baixo” no passado acabam realizando, em grande parte, um excelente trabalho de compreensão destas mazelas. No entanto, o discurso objetivista do seu trabalho acabam recaindo em dois problemas perigosos: 1) a pretensão a um discurso verdadeiro do passado. Isso faz com que se anule outras possibilidades de compreender o passado, bem como legitimam apenas um discurso sobre o mesmo, tornando os outros obsoletos e, por vezes, classificados como errados. 2) a dissociação entre passado e presente. Neste sentido o passado só aparece relacionado com o presente a partir de uma lógica de continuidade, mas ele, por excelência, não é um problema em si. Quando, por vias de outras questões, ele torna-se um problema de pesquisa é atribuído a estes estudos um caráter ensaísta ou não histórico. É o caso de Eric Hobsbawm no livro “Era dos Extremos”, o qual classifica a parte final do livro – mais contemporânea ao período de escrita – como um ensaio histórico do presente. O mesmo foi feito por Edward Thompson durante os seus textos produzidos na década de 1980, durante sua militância no movimento pacifista. Desta forma, falar sobre o presente é possível, porém não na figura de historiador, segundo esta percepção de História.

arcabouço teórico e propõe saídas para a historiografia a partir de uma nova abordagem, revendo seus matizes disciplinares.

Ao desenvolver sua ideia a partir da comparação e análise do romance histórico do século XIX, White parte do princípio que os historiadores deste período copiaram a literatura do realismo²⁹, em termos de forma e estruturação narrativa. O exemplo mais claro é Flaubert e a sua divisão narrativa entre começo, meio e fim, com uma narrativa fechada, coerente, consistente e cronológica. Esses textos revelam de forma transparente o que aconteceu no passado, ao menos em tese.

Desta forma, fica evidente que a historiografia do século XIX europeia não estava querendo pensar o passado, mas sim pensar o seu presente – uma forma eticamente engajada com seu presente. Ainda nesta seara do século XIX, para além das preocupações em distanciar a História da literatura, há de compreender a relação de serventia da História naquele contexto. A quem servia a História no século XIX? Hayden White (1987) vai afirmar que dois setores eram os mais interessados em consolidar a disciplina. O primeiro, e já debatido, é a Nação, que demandava uma justificação e historicização das bases fundadoras do Estado. No entanto o potencial de intervenção social da História neste contexto deve ser revisto. O segundo ponto, e não menos importante, é a burguesia: grupo ascendente no período, que precisava se consolidar e colocar em xeque o *status* de seus “inimigos”: a aristocracia feudal e o proletariado.

A história como discurso burguês justifica a superação do “antigo regime”. Luta contra a reação, combate as forças dos atrasos (em uma visão burguesa, é claro), assume uma postura progressista, justifica uma mudança histórica. No entanto:

Em uma época caracterizada por conflitos entre representantes de uma série de posições políticas, cada um dos quais trouxe a participação de uma "filosofia da história" ou narrativa mestra do processo histórico, com base no que suas reivindicações de "realismo" foram em parte autorizadas, conseguiu eminentemente bom senso para constituir uma disciplina especificamente histórica. A finalidade de como uma disciplina poderia simplesmente determinar os "fatos da história, pelos quais avalia a objetividade, veracidade

²⁹ Realismo, aqui, é entendido como o movimento literário cunhado no século XIX que tinha como característica a descrição densa de uma realidade, representado as sociedades da época de maneira fidedigna e capaz de reproduzir, em certo sentido, a realidade da época. Essa descrição densa, dentro de uma narrativa cronológica, se pretendia como uma representação da verdade, algo que os historiadores do período buscaram se distanciar, utilizando o discurso do método e da referencialidade como mote principal em seus argumentos.

e realismo das filosofias da história que autorizaram os diferentes programas políticos. Sob os auspícios da filosofia da história, os programas de reconstrução social e política compartilham uma ideologia com visões utópicas do homem, da cultura e da sociedade. Esta vinculação justificada de ambas e fez um estudo da história, considerada como uma recuperação dos fatos do passado, uma aspiração social, ao mesmo tempo epistemologicamente necessária e politicamente relevante. Para analisar os elementos desta vinculação, a crítica epistemológica procedeu, opondo um método histórico devidamente disciplinado concebido como empírico à uma filosofia da história concebida como inerentemente metafísica. O aspecto político deste esforço analítico consistiu na oposição de uma consciência histórica devidamente disciplinada com o pensamento utópico em todas as suas formas (religiosas, sociais e, sobretudo, política). A combinação destes dois aspectos da disciplinarização da história teve o efeito de permitir que o tipo de conhecimento histórico produzido por historiadores profissionais para servir como padrão de realismo no pensamento e ação política em geral³⁰ (WHITE, 1987, p.61).

Desta forma, uma história burguesa³¹, segundo White (1987), precisaria acabar com as utopias (principal forma de luta do proletário). A historiografia disciplinada contribuiria não apenas para desarmar a nobreza e as utopias vigentes, como contrapor a “cientificamente” as filosofias da história que almejam um projeto de sociedade futura. Desta forma, a História torna-se processo, empiria, um estudo do passado em si mesmo, uma interpretação verdadeira de como as coisas (e somente coisas importantes) aconteceram. A historiografia do século XIX tornou-se “inimiga” das filosofias da história do mesmo contexto, uma vez que as filosofias apontam um sentido prático para

³⁰ “In an age characterized by conflicts between representatives of a host of political positions, each of which came attended by a “philosophy of history” or master narrative of the historical process, on the basis of which their claims to “realism” were in part authorized, it made eminently good sense to constitute a specifically historical discipline. The purpose of such a discipline would be simply to determine the “facts” of history, by which to assess the objectivity, veridicality, and realism of the philosophies of history that authorized the different political programs. Under the auspices of the philosophy of history, programs of social and political reconstruction shared an ideology with utopian visions of man, culture, and society. This linkage justified both and made a study of history, considered as a recovery of the facts of the past, a social desideratum at once epistemologically necessary and politically relevant. To analyze the elements of this linkage, the epistemological criticism proceeded by opposing a properly disciplined historical method conceived as empirical to a philosophy of history conceived as inherently metaphysical. The political aspect of this analytical effort consisted in opposing a properly disciplined historical consciousness to utopian thinking in all its forms (religious, social, and above all political). The combination of these two aspects of history’s disciplinization had the effect of permitting the kind of historical knowledge produced by professional historians to serve as the standard of realism in political thought and action in general” (texto original).

³¹ É preciso ressaltar, que o argumento de Hayden White além de mais complexo do que acima mensurado, pode ser visto um tanto quanto determinador e restrito. No entanto, para fins didáticos e de compreensão optei por utilizá-los, pois embora **neste texto** ele ignore outras formas de se fazer História no século XIX – os casos de Huizinga, Tocqueville e Burkhart, por exemplo – o autor fala de um modelo de historiografia que se tornou hegemônico e que definiu as matrizes disciplinares que, embora reformuladas, até hoje estão em vigência.

a história. Ela torna-se uma questão ideológica e implica uma ação prática no presente, diferente do discurso sobre a disciplina História, nos mesmos contextos.

Essa dissociação entre o caráter prático da disciplina recalcado ante as filosofias da história de cunho progressistas, o presente tornou-se um não-lugar da historiografia. Um lugar de fala que não é referenciado e que não pode exercer influência na fala do historiador. Tal concepção é complexa de ser exercida, em minha opinião impossível, mas fica ainda mais dificultosa quando eventos de cunho traumáticos acontecem e remodelam a forma de viver em sociedade a partir do século XX.

Esses eventos foram chamados por Hayden White (1999) de “eventos modernistas”. As características deste é que surgem no século XX, principalmente durante e depois da Segunda Guerra Mundial, e tem como características a concretização de um discurso moderno, em prol da tecnologia, do autoritarismo, do preconceito e das inúmeras mortes e seus traumas. São eventos que são fáceis de serem lembrados, por seu caráter aterrorizador, mas difíceis de serem lembrados com clareza devido ao seu caráter traumático. Para o autor, os eventos modernistas:

[...] funcionam na consciência de certos grupos sociais exatamente como os traumas infantis são concebidos para funcionar na psique de certos indivíduos neuróticos. Isso significa que não podem simplesmente ser esquecidos ou tirados da cabeça nem, por outro lado, adequadamente lembrados, isto é, identificados claramente e sem ambiguidade quanto a seu significado, e contextualizados na memória do grupo, de forma a reduzir a sombra que projetaram sobre a capacidade do grupo de entrar em seu presente e visualizar um futuro livre de seus efeitos debilitantes (WHITE, 199, p.196).

Desta forma, tais eventos nos colocam um paradigma central para ser pensado: as formas de relação com esses eventos são imediatas, com mediações que não passam pelo ensino e pela História. Não são os historiadores que estão mediando os eventos, nós temos as imagens e diversos discursos, pois temos uma enorme profusão de imagens. A historiografia disciplinada não tem protocolos e formas de aguçar a imaginação para lidar com esses eventos. A História, dependendo da forma como é produzida, pode ajudar a domesticar certos “genocídios” e “traumas” históricos. Transforma a escravidão em cifras, por exemplo, Holocausto em número de mortos e a bomba atômica em um grande cogumelo nuclear, ignorando os sujeitos afetados e envolvidos nestes processos. Retirando os sujeitos dessas ações.

Com a configuração de uma historiografia em prol da nação burguesa – tendo em vista a relação entre o imenso fluxo de imagens e os eventos modernistas, nos quais o historiador fica deslocado – Hayden White (2010) introduz o que denominou como “passado prático”. Para o autor supracitado a historiografia atual não deveria se preocupar apenas com a factualidade dos eventos. O que ser feito para além da pesquisa factual dos eventos? Esse questionamento, de tradição leninista (“o que fazer?”) é o centro da proposta de White. Para o autor a nossa capacidade de imaginar e projetar o futuro está cada vez mais difícil, as possibilidades levantadas não são de longos projetos, mas de pequenas previsões. Essa violência do século XX, mencionada anteriormente, nos permitiu ter muita dificuldade de imaginar o futuro.

Partindo de uma distinção feita por Michael Oakeshott entre passado prático e passado histórico, White (2014) define que o primeiro diz respeito à forma prática de lidar com o passado. Esta forma estaria ligada ao dia-a-dia das pessoas, corresponde a utilizar o passado de forma que ele sirva para justificar ações no presente em prol de um futuro melhor. Essas ações são feitas constantemente por diversos setores sociais, no entanto, como dito anteriormente, a historiografia recalcou o seu caráter prático, construindo para si um passado histórico. O passado histórico, por sua vez, tem como característica ser o passado construído por historiadores. Ele é algo factual, cronológico, organizado, mas que não dialoga com o seu presente nem traz uma aplicabilidade do seu conhecimento para a sociedade em que é produzido. Para o autor:

O passado histórico é uma construção motivada teoricamente, existindo apenas nos livros e artigos publicados por historiadores profissionais; ele é construído como um fim em si mesmo, possui pouco ou nenhum valor para compreender ou explicar o presente, e não fornece orientações para agir no presente ou prever o futuro³². (WHITE, 2014, p. 9 – tradução minha)

Essa distinção que White faz entre os dois tipos de passado é vista por muitos, como é o caso de Chris Lorenz e Berber Beveridge (2013), como algo muito estanque ou exagerada. No entanto, essa discussão sobre o passado que os historiadores constroem e o passado que as pessoas utilizam no dia-a-dia (por exemplo, uma narrativa que comprove um alibi em determinada situação) torna-se crucial para entendermos que

³² “The historical past is a theoretically motivated construction, existing only in the books and articles published by professional historians; it is constructed as an end in itself, possesses little or no value for understanding or explaining the present, and provides no guidelines for acting in the present or foreseeing the future.” (texto original).

o conhecimento produzido pelo historiador hoje necessita de uma aplicabilidade, de um sentido e um uso de forma prática. A História, literalmente, precisa servir para algo útil para a sociedade.

Não é negar o passado utilizado pelos historiadores, mas é deixar o fardo para trás e reiniciar esse processo de lidar com o passado. Como passar do conhecimento factual do passado para uma resposta ética sobre as melhores formas de representá-lo? Como representar? Como falar? O que pode ser aceito? O que pode não ser aceito? Qual o impacto da factualidade na história? Interpretação é opinião? Estas questões precisam ser encaradas pela historiografia, colocando seus problemas em afinidade com a sociedade em que se dedica estudar. Pensar em questões práticas do uso deste conhecimento do passado, demonstrando que ser relativista (em ver as várias possibilidades e hipóteses para a construção de uma narrativa histórica) não é um problema, mas sim uma solução que permite um amplo diálogo, um conhecimento diverso e seu uso pode ser útil e prático para a sociedade em que está inserido.

Paradigmas historiográficos

Tendo em vista este longo percurso, este texto se propôs a estabelecer uma linha argumentativa em prol das reconfigurações das matrizes disciplinares da historiografia. Tentei delinear as críticas e problemas apresentados pelo modelo vigente desde o século XIX e as demandas atuais, bem como propor alternativas para uma historiografia que seja mais útil e tenha mais diálogo com a sociedade a que se destina.

Pensar a História de forma prática é, sobretudo, pensar sobre a serventia do conhecimento produzido. Para além de questões sobre a divulgação do conhecimento, é preciso compreender que o que produzimos, de maneira generalizante, é desajustado para com as demandas atuais. Separar ontologicamente passado e presente, como categorias não conectadas, ou pensar a historiografia como algo que lida com as continuidades, e não perceber a importância de rupturas e compreender que todo estudo do passado só tem sentido se o mesmo impactar de alguma forma no presente. Tentando realizar além de uma crítica ao modelo historiográfico vigente, apresentei uma síntese da proposição de Hayden White (2014) acerca do que chamou de “passado prático”. Tal concepção demanda do historiador não novas fontes, ou métodos. Sobretudo trata-se de

uma guinada conceitual e pragmática, na qual a aplicabilidade do conhecimento produzido é objetiva, tem uma justificativa que embasa sua formulação de caráter prático. Essa discussão é, também, uma discussão sobre a ética na história.

Desta forma, como Antoon de Baets (2009) já assinalava, a historiografia deve se preocupar hoje principalmente com questões éticas. As tecnologias nos permitiram ter acesso a fontes inimagináveis, das formas mais diversas possíveis. Levantamento e organização de dados é, de longe, um papel muito reduzido do que o historiador pode exercer. Exaltar a potencialidade das discussões teóricas sobre a compreensão de dada realidade, e a discussão sobre formas éticas e morais de falar do passado é algo que tem de ser enfrentado.

Combater as acusações que confundem análises historiográficas com meras opiniões não podem ser feitas com simples citações de fontes. É necessário embasamento teórico que justifique porque a narrativa se desenrolou de determinada maneira e não outra. É preciso que o passado seja encarado em sua multiplicidade, e não como uma exclusividade da História. Sendo assim, reconhecer outros discursos sobre o passado e não sobrepor a historiografia a outras narrativas é um princípio básico da compreensão de que a História fornece um conhecimento válido sobre o passado, que tem por objetivo alertar, denunciar, e problematizar as narrativas sobre o mesmo. No entanto, isso em nada invalida outras narrativas possíveis deste passado. Embora este texto ganhe, principalmente ao final, um tom de manifesto ou até militante, a discussão central travada aqui diz respeito a necessidade de readequação de modelos historiográficos a realidades muito distintas, que dialoguem com a crise das identidades nacionais, com uma crítica ao individualismo exacerbado no neoliberalismo e a características importantes que não estão sendo superadas por uma narrativa convencional da historiografia, seja ela nos molde historicistas, seja nos moldes empiristas-objetivistas do século XX.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 113-135.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940. In: **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232
- BEVERNAGE, Berber & LORENZ, Chris. Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. **Storia della Storiografia**, vol. 1, n. 63, 2013, p. 31-50
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSWORTH, Richard. Nations Examine Their Past: A Comparative Analysis of the Historiography of the " Long" Second World War." **History Teacher**, n.29.4, 1996, p. 499-523.
- CARR, Edward. **What's History?** New York: Penguin Books, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. L'absent de l'Histoire. In: **Histoire et Psychanalyse entre science et fiction**. Paris: Gallimard, 2002.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DE BAETS, Antoon. A Code of Ethics for Historians (proposal) In: **Responsible History**. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009, 188-196
- DIRK MOSES, Anthony. Hayden White, traumatic nationalism and the public role of history. In: **History and Theory**, vol. 44, n. 2, 2005 p. 311-332.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- ELTON, Geoffrey. **The Practice of History**. New York: Wiley-Blackwell, 1967.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. São Paulo 2001.

- GRAFTON, Anthony. **What Was History?** The Art of History in Early Modern Europe. London: Cambridge University Press, 2012.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HARTOG, François. **Creer en la historia**. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2014.
- _____. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HERMET, Guy. **História das Nações e do nacionalismo na Europa**. Lisboa: Estampa, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAMESON, Fredric. **El Giro Cultural: escritos seleccionados sobre el posmodernismo, 1983-1998**. Buenos Aires: Manantial, 1999.
- JENKINS, Keith. **On “What is History?”: From Carr and Elton to Rorty and White**. London-New York: Routledge, 1995.
- KAHLER, Eric. **The Meaning of History**. New York: Braziller, 1964.
- KELLNER, Hans. Language and historical representation. In: JENKINS, Keith (Org.). **The Postmodern History Reader**. New York: Routledge, 2006, p. 127-138.
- KOSELLECK, Reinhart. A configuração do conceito moderno de História.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horts; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 119-184
- _____. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: **Considerações intempestivas**. Lisboa: Presença, 1976, p. 101-205.
- PIHLAINEN, Kahle. On historical consciousness and popular pasts. In: **História da Historiografia**, n. 15, Agosto, 2014, p. 10-26.

- RANGEL, Marcelo; ARAÚJO, Valdei. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**, n. 17, p. 318-332, 2015.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, Vol. 3., 1997.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história**: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010.
- SPIEGEL, Gabrielle. History and Postmodernism. In: JENKINS, Keith (Org.). **The Postmodern History Reader**. New York: Routledge, 2006, p. 260-273.
- _____. Introduction In: SPIEGEL, Gabrielle (Org.). **Practicing History**: New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn. New York: Routledge, 2005.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da História. Traduzido e apresentado por Arthur Ávila. **História**, Franca, v.24, n.1, 2005. p.191-223 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a08v24n1.pdf>. Acesso em 10/06/2012.
- WHITE, Hayden. **The Content of the Form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- _____. **The Practical Past**. Evanstone: Northwestern University Press, 2014.
- _____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995
- _____. The Modernist Event. In: **Figural Realism**. Studies in the Mimesis Effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999. p. 66-86.
- _____. The Practical Past. **Historiein**. v.10, 2010. p.10-19.